



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO EXECUTIVA DO CMH
GESTÃO 2007/2009**

Data da Reunião: **29 de fevereiro de 2008**

Local: Edifício Martinelli – 11º andar

No dia 29 de fevereiro de 2008, às 14:00 hs, reuniram-se nas dependências do Edifício Martinelli, na Rua São Bento 405, 11º andar, Centro - São Paulo, para a **1ª Reunião Ordinária - Biênio 2007/2009, os seguintes Conselheiros Membros da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação**: Sra. Ana Lucia Callari Sartoretto (representante de SEHAB); Sr. Cláudio Marcelo Schmidt Rehder (Presidente COHAB-SP), Sr. Edmundo Ferreira Fontes (representante da Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo), Sra. Elisabete França (Superintendente de HABI) , Sra. Felicia Mendes Dias (representante do Movimento Habitacional e Ação Social – MOHAS), Sra. Maria Izilda Camilo (representante da Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Norte), Sr. Marco Antonio Florenzano (representante da Associação de Pequenas e Médias Empresas de Construção Civil do Estado de São Paulo –APEMEC), Sra. Mônica Bueno Leme (representante do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, Sr. Ricardo Casal Lorido (representante do Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo – SCIESP), Sra. Violêta Saldanha Kubrusly (representante de SEHAB), Sr. Walter Abraão (representante da COHAB-SP) e o convidado Sr Alberto Tomita. Verificado o *quorum* a **Sra. Elisabete França** agradeceu a presença de todos e deu início, a reunião, informando que recebeu solicitação de esclarecimento sobre os programas de urbanização de favelas, e sugeriu uma apresentação atualizada sobre a matéria na próxima reunião, com o envio antecipado de material para estudo. **Sra. Violêta Saldanha Kubrusly**: comunicou que recebeu justificativas das ausências da Professora Marly Namur da USP, suplente da Professora Mônica, presente, e do Dr. Mauro Pincherle, suplente do SECOVI-SP. Informou ainda que no dia 14 de fevereiro foi publicado o decreto do Executivo que nomeia a Comissão Executiva. Retomando a palavra, a **Sra. Elisabete** iniciou o 1º assunto da pauta: a reativação e ou formação do Grupo de Trabalho para a gestão CMH 2007-2009. **Sra. Violêta** apresentou resumo do já realizado, esclarecendo que existem 6 (seis) Grupos de Trabalho, o 1º para análise do PL 3057 em tramitação na Câmara Federal; o Grupo de Trabalho 2 tratou da revisão do Plano Diretor Estratégico e da Lei de uso do solo para o Município de São Paulo; o Grupo de Trabalho 3 tratou das remunerações pagas pelo Fundo Municipal de Habitação; o Grupo de Trabalho 4 foi criado por solicitação da Conselheira e representante da Universidade Mackenzie para acompanhar os projetos; o Grupo de Trabalho 5 tratou de visitas aos empreendimentos e o Grupo de Trabalho 6 teve como objetivo analisar e aprimorar a regulamentação de modalidades do mutirão associativo. **Sra. Elisabete** anuncia a chegada do Secretário Orlando de Almeida Filho e as presenças da Dra. Vera, assessora jurídica, da jornalista Gislene e de sua assessora. **Sr. Orlando de Almeida Filho** tomou a palavra para desejar boa sorte a todos do Conselho Municipal da Habitação nesse trabalho de grande responsabilidade para todos os indicados pelo grupo maior, de 48 Conselheiros, e informou que, por parte da Secretaria de Habitação e da COHAB, o Conselho terá total abertura para conhecimento de todos os processos e documentos que forem necessários, e em caso de dúvidas, sugere noticiar para a Secretária Executiva do Conselho, Sra. Elisabete, uma pessoa que, na sua opinião, entende profundamente de habitação popular, tanto pela prática quanto pelo conhecimento que nos transmite. Dirigindo-se à Sra Violêta afirmou ter gostado muito do tema do Grupo de Trabalho com as Universidades e considerou importante convidar também outras Universidades, que não estão representadas nesse Conselho. **Sra. Violêta** informa que foi instalado um *link* no portal da Prefeitura, de tal modo que, quando se clica em Secretaria da Habitação/CMH pode-se obter até a última resolução publicada, facilitando muito a consulta. Agradece publicamente o apoio da assessoria de imprensa, que enviou para o Governo eletrônico esse link facilitando a consulta. **Sra. Elisabete** abre a discussão para que os Conselheiros opinem sobre a manutenção, extinção e continuidade de alguns Grupos de Trabalho. **Sra. Maria Izilda Camillo** declara que após discussão entre os Conselheiros chegou-se a um consenso de que o papel das comissões no Conselho Municipal de Habitação é aprofundar os debates e análises, acompanhar a execução da política e dar insumos para avaliação. Foi feita uma proposta de criação de comissões temáticas, com a participação de todos os segmentos, e propõe-se criação de uma comissão de acompanhamento do orçamento, que discuta, debata, acompanhe as políticas para as favelas, a política de habitação para as áreas centrais e todas as questões pertinentes a políticas dos mutirões e acompanhando toda a questão da regularização fundiária, bem como uma comissão gestora para elaboração do Plano Municipal de Habitação. **Sr. Edmundo Ferreira Fontes** considera que , a partir da leitura do regimento interno, deveria haver uma estrutura de comissões temáticas e de Grupos de Trabalho. Lembra que na reunião passada foi feita uma sugestão, que ficou para ser

5 analisada e apresentada em uma próxima reunião, referente a **lei de mananciais e do empreendimento Guarapiranga**, empreendimento em parceria com a Caixa e recurso público aprovado pela Prefeitura, que está parado porque não tem órgão para analisar a questão ambiental. Segundo o Conselheiro, pela própria lei do Guarapiranga a responsabilidade de fazer a análise ambiental é do Município porque o empreendimento é

10 pequeno, com valor abaixo da faixa de competência do Estado. Sugere convidar a Secretaria do Meio Ambiente do Estado para participar de uma reunião do Conselho para que opinem sobre como devemos proceder, o que pode e o que não pode ser construído na região do Guarapiranga, podendo ser criado Grupo de Trabalho que trate da questão da favela em si, e uma comissão temática que trate da regularização fundiária. **Sra. Elisabete** lembra que o regimento interno não faz diferenciação entre Grupo de Trabalho e

15 Comissão, e que essa diferenciação deveria ser objeto de um aditivo ao Regimento Interno, caso os conselheiros consideram que há essa diferenciação e retoma a necessidade dos conselheiros se posicionarem em relação à proposta e aos grupos existentes, “porque a idéia é não rompermos a cada nova gestão com o trabalho que vem andando, a proposta é analisar, primeiro diferenciar o que é um grupo e uma comissão, se é que há diferença, em seguida decidir o que fazemos com os grupos existentes e as novas propostas”. **Sr. Marco Antônio Florenzano**, antes de opinar com relação aos grupos, se devem ser extintos ou não, solicita a opinião do Poder Público sobre o assunto. “O Grupo de Trabalho numero 3 considerou na resolução 20 uma cláusula pela qual anualmente a COHAB iria fazer um levantamento e analisar a necessidade de manter o valor de sua remuneração, diminuí-lo ou aumentá-lo, pois até então estava sendo muito injusto para a COHAB, daí que esse grupo deve ter continuidade até porque consta na resolução como sua atribuição analisar no início de

20 cada ano o balanço da COHAB com relação aos projetos que são remunerados pelo fundo. A questão de designar Grupo de Trabalho ou comissão, se o Grupo de Trabalho fica permanente, se ele se torna uma comissão, devemos solucionar isso aqui primeiro conforme a pauta e depois passar para a análise das propostas”. **Sra. Elisabete**, retomando a palavra sugere que, se todos os Conselheiros concordarem com a proposta do Marco Antônio, primeiramente seriam analisados os grupos e separados aqueles que têm fundamento para continuar; em seguida, se discutiria a proposta da Conselheira Maria Izilda, de criação dos novos Grupos ou Comissões, lembrando que não é a Secretaria Executiva que vai coordenar o andamento dos grupos. **Sra. Ana Lúcia Callari Sartoretto** informa que, “devido a necessidade de encaminhar com urgência para Brasília as propostas sobre o PL 3057, que estava em tramitação, fechamos dando foco mais na questão urbanística e em alguns pontos que sentimos aqui no nosso dia a dia, principalmente na questão da regularização. Acontece que em função de não ter sido votado no prazo devido acabou por ser arquivado e agora foi abertos um novo PL, com outro relator, e não cheguei a fazer uma leitura do atual texto para ver se os encaminhamentos foram aceitos e incorporados, então é necessário fazer uma nova revisão”. **Sra. Elisabete** retoma palavra: “A importância do tema é indiscutível, a lei 6766 até faz com que as nossas cidades sejam consideradas todas irregulares, o peso de uma proposição encaminhada pelo Conselho Municipal da Habitação do Município de São Paulo é de grande importância. Participei recentemente de um trabalho na Escola de Design de Howard, a convite, onde uma turma de estudantes de pós-graduação cujo tema do seminário é a urbanização de favelas, da mesma forma também temos intercâmbio com a Universidade de Columbia, e no Brasil não temos um curso que prepare estudantes para esse tipo de atividade, sendo que o Brasil tem uma população um pouco maior de favelados, merecendo que uma escola de arquitetura que prepara esses profissionais nos ajude nisso”. **Sra. Mônica Bueno Leme** demonstra interesse nos temas que foram apresentados, afirmando ser uma oportunidade bastante saudável para retomar essa discussão no âmbito acadêmico, sendo que visitas aos empreendimentos são fundamentais e poderiam ser organizados grupos de alunos de disciplinas específicas para participarem dessa atividade. “Na verdade acompanhamento de projetos e visitas aos empreendimentos poderiam ser uma coisa só, podendo ser organizados grupos de visitas para trabalhar com esses temas e lançar algumas propostas de cursos livres lá na Belas Artes em parcerias com instituições internacionais da França, Itália, Estados Unidos, temos como trazer pessoas de fora para participar dessas oficinas”. **Sr. Edmundo** sugere que o Grupo de Trabalho poderia fazer regularização fundiária e acompanhamento da lei que estabelece 1% do ICMS para habitação (Programas da CDHU). “Tem que prestar contas todo ano, todo mês, a única dúvida é como colocar essas discussões dentro de grupos temáticos ou comissões temáticas”. **Sr. Marco Antonio** destaca a preocupação com a questão do meio ambiente: “Deve ter uma comissão também para estudar esse assunto porque na Capela do Socorro, M'boi Mirim e Campo Limpo tem muitas áreas vazias”. **Sr. Ricardo Casal Lourido** declara considerar desnecessária a criação de comissões, “porque estamos numa comissão executiva, e é difícil julgar alguma coisa por fotos, por dados, sem um acompanhamento *in loco*, sou estritamente favorável a visitação *in loco*, até proponho a divisão desses grupos de acordo com o Município para melhor acompanhamento dos empreendimentos e depois seria feito um intercâmbio, isso seria algo a ser estudado e já solicito agora”. **Sra. Violêta** destaca o fato de haver muitas coincidências no que a Conselheira Izilda está propondo em termos de temas e o que institucionalmente já está instalado, bem como em relação a proposta da Professora Mônica. **Sra. Elisabete** solicita que se considere a proposta de união de temas dos grupos 4 e

50 5 e a proposta de constituição do 7. **Sra. Violeta** se propõe a arrolar os grupos, conforme propostos: acompanhamento de orçamento, política para favelas, política para o Centro, a questão do mutirão, regularização fundiária e comissão gestora para elaboração do Plano Municipal de Habitação, “se o nome não

está adequado por ser pomposo, eu simplesmente peguei como ele foi batizado antes, nada impede da gente rebatizá-lo, aí já estaria encapando uma 3ª, estamos reativando o 6 com um escopo que pode dar uma nova cara para ele, mas reativa-se o 6, até porque ele já tramitando oficialmente entre Secretaria Executiva e a COHAB". **Sra. Elisabete** reforça a síntese : "é uma proposta, o 3 com o orçamento, o 4, 5 e o 7 ficariam integrados, um para mutirão que seria o 6º, esse grupo seria o que vai analisar o que está sendo proposto e fazer sugestões, críticas e etc., pelo tempo de que dispomos ele seria de maior utilidade nessa condição". **Sra. Ana** declara considerar que essa condensação dos temas ficou perfeita, "eu acho que a gente deveria seguir nesse caminho". **Sra. Maria Izilda Camillo** lembra que "quando propomos uma comissão gestora para elaboração do Plano Municipal da Habitação, sabemos que é responsabilidade da Secretaria apresentar, mas também é da responsabilidade do Conselho fiscalizar, acompanhar e colocar em prática a política habitacional do Município". Considera que todos os grupos existentes ou que existiam na outra gestão não interferem na proposta organizativa de comissões feita por ela e, nesse sentido, gostaria de manter a proposta. **Sra. Elisabete** reforça o fato de ter sido apresentada uma tentativa de sistematização, de junção dos grupos existentes. **Sr. Walter Abrahão Filho** considera que os conselheiros devem pensar sempre num modelo bem pragmático, focado nos principais tópicos. **Sr. Marcos** retoma a síntese: **Grupo 1: regularização fundiária, Grupo 2: plano estratégico de habitação, Grupo 3: acompanhamento orçamentário, Grupo 6: mutirão e o Grupo 7: oficina de desenho urbano para urbanização de favelas, que engloba o antigo 4 e 5.** **Sra. Violeta** retoma a palavra para propor que se revogue os grupos numerados como 4 e 5 e se dê seqüência na numeração, lembrando que isso não é nada regimental e nem obrigatório. **Sr. Ricardo considera que** serão mantidas com as mesmas denominações: o acompanhamento do projeto, visitas aos empreendimentos e englobando agora o grupo 7. "Gostaria de lembrar que estamos debatendo bastante sobre os grupos de trabalho, é necessário, exaustivo, bastante cansativo, difícil, pela condição do tempo, mas não podemos esquecer também que pertencemos ao Conselho Municipal da Habitação, onde também decidimos através de solicitações de voto, então uma sugestão aqui, nada impede dentro da SEHAB, que nós possamos vir extemporaneamente, intempestivamente, nos reunir sem formalidades, para debater antecipadamente esta ou aquela decisão através dos grupos ou dos temas que pertencem aos grupos". **Sra. Elisabete** retoma a palavra: "Chegamos a um consenso, **podemos considerar aprovado isso, aprovamos também que têm uma semana para sugestões via e-mail, mudanças de nomes, etc,** e como a idéia é que grupos têm coordenadores, poderíamos colocar a definição do coordenador como um tema de discussão para pauta do Conselho, tendo um outro assunto, sugestão que já resolvemos sobre o envio do material, atividades que vem sendo desenvolvidas conforme combinado, Waltinho ficou de enviar para os Conselheiros todas as informações sobre os empreendimentos objeto do Fundo Municipal da Habitação". Agradece a presença de todos e encerra a reunião.